Acervo ISA

DRAFT #2.1 - 27/02/96

INTRODUÇÃO À CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

Este documento tem o propósito de contribuir para o entendimento da questão da certificação florestal. Serão discutidos alguns pontos que são correntemente levantados nas discussões sobre o tema. As posições aqui colocadas são uma síntese do que captamos durante essas discussões. Toda e qualquer contribuição que possa enriquecer o debate sobre a questão será bem vinda.

Entre em contato com:

Imaflora

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
R. Carlos Botelho, 853 - cep - 13416-145 - Piracicaba/SP
tel/fax: (0194) 33 0234 / 22 6253
e-mail: imaflora@am.esalq.usp.br

O Imaflora é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada com o objetivo de incentivar e promover o desenvolvimento sustentável através do manejo florestal e agrícola ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável, utilizando como principal instrumento a certificação

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ____/____/____
cod. M2 D 000 03

SUMÁRIO

1. Introdução
   - O que é a certificação?
   - Para quê a certificação florestal?
   - Quem se beneficia da certificação florestal?
   - Quem são os certificadores?
   - O que é o Forest Stewardship Council (FSC)?
   - Principios, Critérios e Indicadores
   - Os níveis de certificação
2. A Origem da Certificação Florestal
3. Iniciativas sobre certificação florestal no mundo
   - 3.1. Iniciativas governamentais internacionais
   - 3.2. Iniciativas não-governamentais internacionais
   - 3.3. Iniciativas governamentais nacionais
   - 3.4. Iniciativas não-governamentais nacionais
4. Iniciativas de certificação florestal no Brasil
   - 4.1. Grupo de Trabalho em Política Florestal
   - 4.2. CERFLOR
   - 4.3. IMAFLORA
   - 4.4. Padrões para Certificação de Caixetais
   - 4.5. Padrões para Certificação da Castanha-do-brasil e Borracha
5. O Comportamento do mercado internacional de madeiras
6. ISO 14000 x Certificação Florestal
7. Iniciativas de exploração florestal sustentada
   - 6.1. Produtos madeireiros
   - 6.2. Produtos não-madeireiros
8. Bibliografia

Acervo ISA

1. INTRODUÇÃO

O que é certificação ?

A certificação é a ferramenta pela qual se garante/atesta determinadas características de um produto e/ou processo produtivo. Os certificados podem ser de diferentes naturezas, por exemplo: i) certificado de depósito bancário: certifica que você depositou numa determinada conta, de um certo banco, uma quantia exata de dinheiro; ii) O certificado (ou selo) de pureza do café: certifica que determinada marca de café foi produzido com certas características pré-determinadas que lhe garantem a pureza; iii) Certificado de Produtos Orgânicos: garante que determinada empresa produz em sistema com ausência de insumos químicos (pesticidas, herbicidas e fertilizantes químicos).

A certificação florestal visa atestar que determinada empresa e/ou comunidade obtém seus produtos florestais manejando sua área florestal seguindo determinados princípios e critérios. O certificado servirá de garantia de que determinado produto consumido vem de uma área manejada de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável.

Por quê a certificação florestal?

A certificação é importante na diferenciação dos produtos, identificando aqueles que vêm de áreas florestais bem manejadas[1], evitando-se ações que excluam toda uma classe de produtos, como as ações de boicote a madeiras tropicais.

A certificação florestal pode ser caracterizada por quatro parâmetros sobre os quais foi fundamentada (Bass, 1995):

- A certificação pretende i) agir como um incentivo para promover o bom manejo das florestas e ii) promover o acesso ao mercado e aumento da participação no mesmo para produtos oriundos deste bom manejo.

[1] O Bom Manejo se refere à aplicação, dentre as práticas conhecidas, das mais adequadas do ponto de vista ambiental, social e econômico.

- A certificação é concebida como um instrumento econômico baseado em marketing e assim sendo a participação em programas de certificação é voluntária.
- A certificação acontece a partir da comparação dos impactos do manejo da floresta com padrões previamente estabelecidos e aceitos pela comunidade e pelos interessados no processo.
- A certificação é realizada por instituições que não tenham interesse próprio na atividade florestal específica, que possam garantir a independência e o profissionalismo da avaliação do manejo florestal.

Quem se beneficia da certificação florestal?

As empresas/comunidades, que têm a oportunidade de diferenciar seu produto dos demais produzidos de forma não sustentável. A certificação pode abrir e manter mercados, tornando mais atraente, do ponto de vista econômico, o bom manejo florestal.

As comunidades/populações locais que terão preservadas as áreas necessárias para sua sobrevivência e terão participação no processo decisório sobre o manejo das florestas.

O consumidor que passa a ter opção de escolha entre os produtos disponíveis no mercado em função da sua origem em termos de benefícios sociais, ambientais e econômicos.

O poder público que poderá se basear na certificação para traçar políticas florestais locais e regionais em função do número de operações certificadas, além de contar com um apoio a custo zero no controle do bom manejo sustentado e da aplicação da legislação florestal.
As gerações futuras que receberão um setor florestal ambientalmente mais adequado e socialmente mais justo.

Acervo ISA

O que é o Forest Stewardship Council (FSC) ?

O FSC é uma organização internacional independente, sem fins lucrativos e não governamental fundada em 1993 por representantes de entidades ambientalistas, pesquisadores, engenheiros florestais, comerciantes de madeira, comunidades indígenas, populações florestais, industriais e certificadores de 25 países.

O FSC tem por objetivo promover o bom manejo florestal, baseado em princípios e critérios, estabelecidos num processo de consulta mundial que durou três anos, que garantem que o manejo das florestas é ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável.

O FSC não emite certificado, ele é uma entidade que credencia certificadoras no mundo inteiro, que são então autorizadas a emitir um certificado com o aval e a marca do FSC. Para que sejam credenciadas, as certificadoras têm que desenvolver padrões e guias de campo para certificação baseados nos Princípios e Critérios do FSC[2] adaptando-os para a realidade de cada região ou sistema de produção.

Quais são os Princípios, Critérios e Indicadores

Os **princípios** determinam a filosofia da certificação. Os **critérios** determinam a aplicação da filosofia e os pontos atingidos por esta. Os **Indicadores** quantificam e qualificam os critérios definidos. Assim temos por exemplo:
Princípio do Manejo de Recursos Florestais: O manejo dos recursos florestais deve assegurar o aproveitamento eficiente e sustentável do potencial de produtos madeireiros e não madeireiros da floresta.

Critério 1: Rendimento Sustentável: devem ser fornecidas evidências quanto à sustentabilidade do rendimento florestal, com base em informações sobre a taxa de crescimento, a regeneração, a intensidade de extração, rotação, entre outros.

[2] No Anexo I estão documentos que explicam a história e proposta do FSC bem como os Princípios e Critérios para certificação por ele adotados.

Imaflora

Indicador 1: O corte da floresta deve ser planejado em termos volumétricos: a taxa de extração deve ser compatível com o princípio de rendimento sustentável, considerando-se as taxas de crescimento e o ciclo de corte da floresta

Indicador específico 1: taxa de extração
Indicador específico 2: taxa de crescimento
Indicador específico 3: ciclo de corte

Cada indicador específico está sujeito a uma unidade de medida (ex. indicador taxa de crescimento pode ter como unidade m3/ha/ano) e deve respeitar os limites para ele estabelecido. Por exemplo, o indicador específico *ciclo de corte*, medido na unidade *número de anos*, pode ter seu limite especificado entre *8 e 15 anos* para uma dada espécie.

Assim, para cada princípio, existem uma série de critérios que agregam vários indicadores com seus respectivos indicadores específicos.

Exemplo para exploração de caixeta:
(QUADRO)

Os níveis de certificação

A certificação florestal tem dois níveis: i) a nível de produção florestal e ii) a nível de cadeia de comercialização.

A nível de produção florestal é certificado o manejo da floresta e suas implicações econômicas, ambientas e sociais. Este estágio se encerra com a saída do produto da floresta.

A nível de cadeia de comercialização, são certificadas as empresas que utilizam como matéria prima produtos florestais advindos de operações florestais certificadas. Um exemplo seria uma serraria de São Paulo que comprasse madeira de uma empresa de exploração madeireira certificada no Pará. A serraria de São

Acervo ISA

Paulo receberia um certificado a nível de cadeia de comercialização caso comprovasse a origem certificada da madeira utilizada. O processo de definição dos padrões para este tipo de certificação só ocorrerá após a definição dos padrões de certificação a nível florestal.

Quem são os certificadores?

Os certificadores são de três tipos: i) orgãos governamentais; ii) entidades privadas com fins lucrativos (empresas) e iii) entidades privadas sem fins lucrativos. As entidades com fins lucrativos, são empresas que tem na certificação uma prestação de serviço. Assim, centralizam suas atividades de certificação em empresa que podem pagar da auditoria. Já os certificadores sem fins lucrativos, são ONG's que certificam tanto grandes empresas que podem pagar por todo o processo de certificação, como pequenas operações florestais como as de comunidades indígenas e caiçaras, que podem receber um financiamento para certificação.

No Brasil existem algumas empresas de consultoria que podem atuar como certificadoras florestais. Dentre as empresas com fins lucrativos estão a SCS (de origem americana) e a SGS (de origem inglesa). Dentre as entidades sem fins lucrativos, apenas o Imaflora promove a certificação florestal.

2. A ORIGEM DA CERTIFICAÇÃO

A certificação de produtos florestais tem sua origem na consciência ambientalista dos consumidores em relação ao mau uso dos recursos florestais do planeta.

Durante a década de 80, num esforço para conter o desmatamento, grupos ambientalistas, particularmente na Europa e América do Norte, deflagaram campanhas públicas contra o comércio internacional de madeiras tropicais (Pearce 1992, Ozanne and Smith 1993). O argumento utilizado era de que evitando o consumo de madeira tropical eles iriam "salvar"as florestas tropicais da destruição. Na Inglaterra, mais de 30 prefeituras adotaram uma política de eliminação do uso

de madeiras tropicais em obras públicas (Poore et al. 1989). Em 1992, cerca de 200 cidades alemãs e metade (51%) dos municípios holandeses haviam banido o uso de madeiras tropicais. Nos Estados Unidos um número crescente de cidades e estados baniram ou estão considerando banir o uso de madeiras tropicais em construções públicas (Jonhnson and Carbale 1993). O boicote contra madeiras tropicais tem sido criticado baseado na idéia de que a redução da demanda provocaria a redução do valor - já muito baixo - dos recursos das florestas tropicais e poderia assim acabar incentivando a conversão das florestas em outras formas de uso da terra (Vincent 1990, Knight 1992, Jonhnson and Carbale 1993). Haveria ainda o fato de os boicotes afetarem apenas uma pequena porção do mercado, de impacto pouco significante frente ao volume de floresta explorado anualmente. Os boicotes não devem ter um impacto significativo no mercado como um todo, mas, no entanto, os boicotes têm sido uma importante força política no debate sobre a sustentabilidade florestal. Os boicotes podem, também, ser contra-producentes para a conservação florestal, na medida em que diminuem a viabilidade econômica do manejo florestal face a outros usos da terra (Carbale 1993, Viana 1994).

Recentemente, alguns grupos ambientalistas e cientistas começaram a desenvolver uma estratégia diferente, como alternativa aos boicotes: a certificação de produtos florestais. A certificação oferece aos consumidores uma ferramenta para evitar o consumo de produtos não-certificados (supostamente não produzidos de uma forma ambientalmente apropriada e socialmente justa), ao mesmo tempo que evita a eliminação de uma classe inteira de produtos (ex. produtos oriundos de florestas tropicais). O argumento por trás da certificação é que o manejo de florestas precisa se tornar mais atrativo que outros sistemas de uso da terra. A não ser que o manejo de florestas naturais (ou plantadas) se torne mais lucrativo que a agricultura, pastagens e outras formas competitivas de uso da terra, as áreas de florestas naturais irão se limitar às áreas de proteção (Viana 1994).

Os proponentes da certificação apareceram aparentemente na Europa, mas os primeiros esquemas de certificação foram desenvolvidos nos EUA. Em 1992 consumidores de madeira dos EUA iniciaram um processo para estabelecer princípios e critérios para a certificação de produtos florestais em todo o mundo.

Acervo ISA

Após um longo processo de consulta que envolveu, em dezenas de workshops e milhares de consultas, cinco continentes e dezenas de países (inclusive o Brasil), foi fundado em outubro de 1993 o FSC - *Forest Stewardship Council* (Conselho Mundial para o Manejo de Florestas). A assembléia de fundação do FSC foi realizada em Toronto/Canadá onde foram aprovados os "princípios e critérios para o manejo de florestas naturais" (P&C). Os P&C foram elaborados por um grupo de trabalho com representação balanceada entre diferentes continentes e grupos de interesse (ambientalistas, produtores florestais e movimentos sociais) com forte participação de técnicos e cientistas de todo o mundo. O documento produzido por este grupo de trabalho foi revisado pelo Conselho Diretor do FSC e ratificado com amplo apoio dos membros do FSC. O *Forest Stewardship Council* credenciará instituições em todo o mundo para que possam certificar operações florestais, devendo antes promover um processo de consulta que determine os padrões e guia de campo para certificação adequadas às realidades regionais e locais.

A primeira certificadora florestal foi a *Rainforest Alliance* que estabeleceu uma série de critérios e padrões para a certificação de operações florestais em áreas de florestas naturais nos Estados Unidos. Hoje, a *Rainforest Alliance*[3] , uma entidade privada sem fins lucrativos, tem uma divisão apenas para tratar desse tema, o *Smart Wood Program*.

Atualmente, a certificação florestal é dominada por certificadores internacionais, baseados nos EUA e Europa. Essa dominância de certificadores internacionais apresenta um problema estratégico para os países tropicais, especialmente para o Brasil. Primeiro porque, ao dominarem o mercado, os certificadores internacionais ficam com o poder de dizer o que é ou não "certificável". Segundo porque os certificadores internacionais incluem empresas de consultoria que podem ter acesso a tecnologias através do processo de auditoria e, depois, revendê-las em outros países. Por fim, a certificação representa um mercado de trabalho do qual profissionais dos países em desenvolvimento podem participar. Essa participação

[3] A *Rainforest Alliance* continua sendo a instituição com o maior programa de certificação florestal no mundo. recentemente, com apoio das Fundações Ford e MacArthur, foi criada uma rede de certificadores regionais e locais chamada "Smat Wood Network", que envolve certificadores de 8 países.

não deve ser apenas como "técnicos locais" mas, sim, como elementos centrais do processo de certificação (Viana 1994b).

Em resposta à preocupação sobre a dominância de certificadores europeus e norte americanos, algumas iniciativas de desenvolvimento de certificadores nacionais vêm acontencendo na América Latina, em especial no Brasil e México. No Brasil existe apenas uma entidade sem fins lucrativos que realiza a certificação, o IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Cabe mencionar a iniciativa de desenvolvimento de critérios e indicadores pela SBS - Sociedade Brasileira de Silvicultura, que pretende atuar como uma credenciadora de certificadores.

3. INICIATIVAS SOBRE CERTIFICAÇÃO NO MUNDO

Existem várias iniciativas no mundo que contribuem para o desenvolvimento da certificação florestal. Elas podem ser agrupadas em governamentais e não governamentais a nível nacional e internacional.

3.1. Iniciativas governamentais internacionais

A nível governamental internacional, existem dois grupos de iniciativas: i) as ligadas às Nações Unidas e ii) as intergovernamentais.

As iniciativas ligadas às Nações Unidas incluem:

- CSD (Comissão de Desenvolvimento Sustentado) que organiza os relatórios florestais de todos os países, as práticas florestais adotadas bem como o monitoramento da Agenda 21;
- FAO - Food and Agricultural Organization: vem desenvolvendo indicadores para sustentabilidade e manejo florestal além da coordenação do Plano de Ação em Florestas Tropicais (TFAP);
- UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente: trabalha na definição de indicadores de biodiversidade;

Acervo ISA

- UNCTAD/ITC - Trabalha no estudo dos efeitos da certificação no mercado de produtos florestais.

As iniciativas intergovernamentais incluem:

- ITTO - Organização Mundial de Madeiras Tropicais: i) estudo técnico do escopo da certificação; ii) padrões para o manejo florestal sustentável e iii) Meta 2000
- ISO - *International Standarization Organization*: desenvolve a normatização da gestão ambiental através das normas BS 7750 e as da série ISO 14.000.
- CCE - Comunidade Econômica Européia: Desenvolvimento do Selo Verde para todos os produtos importados
- CIFOR - Teste de critérios e indicadores de certificação

Deste grupo, as iniciativas mais significativas são as do CIFOR e da ISO. A ISO está definindo um programa de gestão ambiental que pode ser complementar à certificação florestal, na medida em que promove a organização do sistema produtivo. Já a certificação florestal determina padrões socias e ambientais a serem seguidos e sua aplicação pode ser facilitada em uma operação que já tenha implantado um programa de gestão ambiental. O trabalho do CIFOR é bastante importante porque estará testando os cinco grupos de critérios e indicadores para o manejo florestal sustentável que são utilizados no mundo, para vários fins, principalmente a certificação. Durante o teste estão sendo avaliados, quanto a objetividade, clareza e aplicabilidade, mais dxe 2000 critérios e indicadores. O teste vem sendo conduzido em 4 continentes, inclusive na América Latina, no Brasil onde o teste ocorreu entre outubro e novembro de 1995, os resultados do teste devem ser divulgados em em março de 1996.

3.2. Iniciativas não governamentais internacionais

Dentre as iniciativas não governamentais internacionais de apoio a certificação devem ser destacadas:

- IUCN - The World Conservation Union - desenvolve indicadores de biodiversidade.

- WWF - promove a formação de grupos de consumidores que exigem produtos certificados.
- WRI - World Resourses Institute: promove estudos sobre a política florestal, analizando economicamente todas as iniciativas de certificações operacionais.
- FSC - Forest Stewardship Council: talvez a mais importante das iniciativas. O FSC desenvolveu Princípios e Critérios para certificação de florestas em todo o mundo e atua como credenciador de certificadores.

Em outro nível estão as entidades que estão operacionamente trabalhando com certificação florestal a nível internacional. Todas credenciadas junto ao ***Forest Stewarship Council* - FSC:**

- **WOODMARK**: Programa de certificação florestal operado pela ***Soil Association***, da Inglaterra, uma ONG com longa tradição na certificação de agricultura orgânica;
- **QUALIFOR**: Conduzido pela ***SGS Forestry***, da Inglaterra, uma empresa privada com experiência no controle de qualidade e monitoramento de comércio;
- **THE GREEN CROSS**: da ***Scientific Certification Systems***, dos Estados Unidos, uma empresa privada orientada para sistemas de certificação;
- **THE SMART WOOD PROGRAM**: Conduzido pela ***Rainforest Alliance***, dos Estados Unidos, uma ONG com forte interesse em florestas tropicais e comunidades florestais. Este é o mais extenso e antigo programa de certificação florestal do mundo.

3.3. Iniciativas governamentais nacionais

Os governos de alguns países têm desenvolvido iniciativas de certificação em três níveis:

- Desenvolvimento de programas nacionais de certificação: Finlândia, Suécia, Indonésia, Suiça e Canadá;

Acervo ISA

- Declaração de limites de importação de produtos tropicais não certificados: Holanda, Alemanha e Áustria;
- Trabalho conjunto com países tropicais para desenvolvimento da certificação: Holanda e França.

3.4. Inciativas não-governamentais nacionais

Em vários países estão se formando Grupos de Trabalho para desenvolver adaptações dos Princípios e Critérios do FSC a nível nacional e regional, os mais avançados são os grupo da Suécia e Inglaterra. Outros grupos estão se fomando na Índia, México, Austria, Estados Unidos e Brasil.

Embora ainda não credenciados diretamente junto ao FSC, mas atuando através da Smart Wood Network, uma rede de entidades certificadoras sem fins lucrativos coordenadas pela Rainforest Alliance, uma série de entidades não gevernamentais têm iniciado seus programas de certificação florestal, especialmente na América Latina e Estados Unidos, entre elas:

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) - BRASIL
Fundacion Ambio - COSTA RICA
Conselho Civil Mexicano para la Silvicultura Sostenible - MÉXICO
Fundacion Honduras Siempre Verde - HONDURAS
CCD - Equador
Conselho Boliviano para La Certificacion Voluntaria - BOLIVIA

Existem ainda dezena de entidades nos Estados Unidos, Membros da Rede Smart Wood.

Existem outras dezenas de na Europa e Ásia, mas nenhuma ainda em operação até dezembro de 1995.

Estes programas já certificaram áreas florestais nos Estados Unidos, México,

Honduras, Costa Rica, Brasil, Indonésia, Malasia, Papua Nova Guiné e Inglaterra. O volume total certificado em 1994 era de 1.5 milhões de m3 ou 0,5% do mercado mundial de madeiras.

Nenhum destes programas de certificação contempla produtos não madeireiros. O primeiro a tratar da questão é o ECO-OK, da Rainforest Alliance, que tem uma experiência grande na certificação de produtos agrícolas como banana e café e que desenvolverá o primeiro programa de certificação de produtos florestais não madeireiros no Brasil e Bolívia em cooperação com o IMAFLORA (Brasil) e BOLFOR (Bolívia).

4. INICIATIVAS SOBRE CERTIFICAÇÃO NO BRASIL

Desde 1991 algumas atividades relacionadas à certificação vêm sendo desenvolvidas no Brasil. Em 1993 este esforço tem sido mais latente e as iniciativas têm se multiplicado nos últimos meses.

4.1. Grupo de trabalho FSC Brasil

Iniciado em 1995 com reuniões irregulares está em processo de formação o Grupo de Trabalho do FSC Brasil, que tem por objetivo coordenar as atividade do FSC no Brasil, em especial a condução dos processos de desenvolvimento da adapatações dos Princípios e Critérios do FSC a nível nacional e regional para Florestas Naturais e Plantações. Um projeto para a atuação do FSC a partir de 1996 já está pronto e atualmente em fase de fianciamento.

As entidades que têm participado do Grupo de Trabalho provisório é formado por representantes das seguintes entidades:

Setor Social	Setor Ambientalista	Setor Empresarial	Setor Acadêmico	Certificadores
COIAB ISA; GTA Vitae Civilis	Greempeace WWF; IMAZON Funatura; ICV	SBS AIMEX ANFPC	ESALQ IPT	Imaflora

Acervo ISA

4.2. CERFLOR

O CERFLOR é um sistema de certificação desenvolvido pela Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) em conjunto com outras instituições. Desde 1992 a SBS vem, através do CERFLOR, desenvolvendo critérios e indicadores para o manejo florestal sustentável, e tem se concentrado no detalhamento desses indicadores para florestas plantadas. A SBS não atuará como certificadora, ela credenciará outras entidades para emitirem o CERFLOR. Embora tenha sido criado há 4 anos, o CERFLOR ainda não é operacional.

O CERFLOR tem se caracterizado por uma iniciativa mais empresarial e acadêmica, o que fica claro quando se observa a composição do Conselho Administrativo e o Conselho Técnico.

4.3. IMAFLORA

Em janeiro de 1995 foi fundado o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, uma entidade conservacionista, sem fins lucrativos, com a missão de promover o desenvolvimento sustentável das atividades florestais e agrícolas utilizando como principal ferramenta a certificação.

O IMAFLORA foi a primeira entidade não governamental fundada para trabalhar diretamente com a certificação no hemisfério sul e tem trabalhado ativamente no desenvolvimento do conceito da certificação bem como vem estimulando e participando do desenvolvimento de padrões regionais para certificação.

O IMAFLORA tem sede em Piracicaba/SP e é a única certificadora brasileira a operar no Brasil atuando em cooperação com a SMART WOOD NETWORK (SWN). Atualmente o Programa de ***Certificação Sócio-Ambiental*** do Imaflora está trabalhando em 6 operações florestais, incluindo plantações, áreas de florestas naturais na Amazônia e Mata Atlântica, grandes empresas e operações comunitárias.

4.4. Certificadores internacionais

Além do Imaflora estão operando no Brasil também as seguintes entidades:

SGS: Empresa com sede na Inglaterra mundialmente conhecida por processos de certificação e consultoria na área de qualidade. Opera em 140 países e tem cerca de 30.000 funcionários. Lançou em janeiro de 1996 o **Qualifor** no mercado brasileiro através de sua representação brasileira.

SCS: Empresa com sede na California (EUA) que tem certificado florestas em várias regiões do mundo. No Brasil já certificou a Duraflora S/A do Grupo Duratex e atualmente está em processo de certificação de outra empresa do setor de plantações no Brasil. Seu programa de certificação se chama **"The Green Cross"**

4.5. Padrões para Caixeta[4]

Entre fevereiro e junho de 1995, um grupo de trabalho coordenado pela REBRAF - Rede Brasileira de Agrosilvicultura, o IMAFLORA, a Associação dos Caixeteiros e o Projeto Caixeta ESALQ/USP, desenvolveu, num processo transparente e participativo, os padrões para certificação de caixetais na Mata Atlântica.

O processo envolveu 2 workshops (Iguape e Piracicaba), 2 testes campo (Paranaguá/PR e Iguape/SP), consulta por carta a 378 entidades e pessoas, entre elas 75 ONGs no Brasil e 12 no exterior, 25 empresas florestais , 21 universidades e vários institutos de pesquisa.

O documento gerado teve forte participação dos caixeteiros e deve ser revisado em 1996/97. Após a definição da estrutura do FSC no Brasil, o grupo de trabalho solicitará o reconhecimento deste documento como os padrões oficiais do FSC no Brasil para certificação de caixetais. Desta maneira, todos os certificadores credenciados pelo FSC terão de utilizá-lo nos seus processos de certificação.

---

[4] No Anexo II são encontrados o histórico do desenvolvimento de padrões para certificação de caixetais na Mata Atlântica, bem como o documento final gerado no processo de consulta.

Acervo ISA

Os padrões para certificação de caixetais na Mata Atlântica são os primeiros a serem desenvolvidos no hemisfério sul de acordo com a filosofia do FSC em processo participativo de consulta. Só existe uma outra iniciativa comparável no mundo, que são os padrões para certificação desenvolvidos para a região dos grandes lagos na fronteira dos Estados Unidos e Canadá.

4.6. Padrões para Castanha e Borracha

Desde agosto de 1995 vêm sendo desenvolvidos os padrões para certificação da castanha-do-brasil e borracha na Amazônia, através de um grupo de trabalho formado por representantes das seguintes instituições: Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), Cooperativa dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Universidade Federal do Acre (UFAC), PESACRE, Projeto Saúde Alegria, Greempeace, Rainforest Alliance, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto Sócioambiental (ISA), Associação Xikrins, CPAA/EMBRAPA, Conselho Nacional dos Seringueiros, Projeto Castanha/ESALQ-USP e IMAFLORA com o apoio da Cultural Survival e da MacArthur Fundation.

O processo de consulta vem seguindo a filosofia do processo realizado para caixeta, e será ampliado à Amazônia Boliviana num trabalho conjunto com o BOLFOR. Atualmente a versão 2.0 do documento está circulando por cerca de 800 pessoas entidades para consulta, e um teste de campo será realizado em fevereiro de 1996 em Xapuri/AC. O segundo workshop está previsto para abril de 1996.

5. O COMPORTAMENTO DO MERCADO

Nos Estados Unidos, 67% dos consumidores de classe média e alta mudaram seus padrões de consumo com base em razões ambientais. A maior parte (68%) está disposta a pagar mais caro (5 a 15%) pela madeira de florestas bem manejadas. Em 1991, 87% dos americanos estavam mais preocupados com problemas ambientais que em 1990 e cerca de 13% dos novos produtos lançados em 1991 no

EUA possuiam apelos ambientais, contra 4,5% em 90 (Viana 1994).

Na Europa, nos últimos dois anos, dezenas de empresas isoladamente decidiram exigir a certificação de todos os produtos que consomem. Talvez o sinal mais forte desta tendência seja o acordo firmado entre os membros do Grupo 1995 organizado pela WWF - Wold Wide Fund - na Inglaterra. As 54 empresas membros do grupo, que movimenta U$ 11 bilhões, assumiram o compromisso de, a partir de 1 de janeiro de 1997, apenas consumirem madeiras que sejam demonstravelmente originárias de áreas bem manejadas e em proporção crescente certificadas pelo FSC. Na Áustria e Holanda movimentos semelhantes já estão se consolidando.
O mercado de produtos florestais certificados está em franca expansão, porque a curto prazo é a única forma de garantir que determinado produto venha de origem sustentável, condição cada vez mais exigida nos mercados externos. Recentemente, o IMAFLORA recebeu uma consulta de um único consumidor espanhol disposto a pagar até 30% mais do valor de mercado, para obter 500 m3 de Ipê certificado. Empresas brasileiras já têm demanda pela maderira certificada, especialmente aquelas que exportam para Inglaterra, Alemnah e Holanda. Já a WARP (Woodworkers Alliance for Rainforest Protection), com sede nos EUA, divulga a seus membros uma lista, que em 1994, apresentava 87 empresas consumidoras ou produtoras de madeira certificada.

Em 1991, B&Q, a maior loja de varejo da Inglaterra que vende madeira temperada (90%) e madeira tropical (10%), anunciou que a partir de dezembro de 1995 não mais comercializaria madeiras que não pudessem ter objetivamente e independentemente determinada a sua origem sustentável (Knight, 1992). Esta decisão foi baseada numa série de pesquisas realizadas desde 1989 que demonstraram que nada menos que 76% de seus consumidores se mostravam preocupados com o desmatamento das florestas e iriam preferir comprar madeira certificada. Apenas o volume de madeira comercializado pela B & Q representa cerca de US$ 300 milhões/ano, originário de 34 países e 115 fornecedores (Knight 1992). Outro caso similar é o da *Home Depot*, a maior rede de lojas de material de construção dos Estados Unidos (o maior consumidor de madeira do mundo) que

Acervo ISA

movimenta sozinha cerca de US$ 8 bilhões anualmente. Recentemente a *Home Depot* assumiu um compromisso semelhante ao da B & Q. O mais interessante de se notar nestes dois casos, é que em ambos, a mesma política se aplicará a madeiras de origem tropical ou temperada.

Estes são apenas alguns exemplos, assim como é o caso da Wall-mart, uma das maiores redes de lojas de departamentos dos EUA (que agora está se instalando também no Brasil) que criou a "Ecostore", inaugurada em 1993. A loja foi criada para ser ambientalmente adequada em todos os seus aspectos, atingindo altos índices de eficiência energética, reciclando produtos, diminuindo os desperdícios e o lixo. Apenas na contrução do piso da loja, foram utilizados cera de 12.000 m2 de madeira laminada de coníferas certificadas, pelo qual a Wall-mart pagou 25% a mais do que o preço de mercado.

6. ISO 14000[5] X CERTIFICAÇÃO

No Brasil as normas desenvolvidas pela *International Organization for Standardization* (ISO) tem tido uma evolução impressionante. Em apenas 3 anos (92 a 94) o Brasil se tornou o segundo pais em porcentagem de empresas certificadas com a série ISO9000. No setor florestal não foi diferente, aliás foi até mais agressivo, pelas características competitivas internacionais do setor, em especial no ramo de papel e celulose que no período de 91 a 93 passou por períodos de grande crise. Na esteira desta tradição, a ISO14000 vem sendo transformada na grande vedete da certificação, em especial porque poderá servir de barreira não-tarifária para o comercio na Comunidade Econômica Européia.

A ISO14000 ainda vem sendo desenvolvida, e deverá ser um grande avanço no tratamento das questões ambientais no setor industrial, porém ela não desempenha o mesmo papel da certificação realizada com aval do FSC. São duas questões básicas que fundamentam esta colocação. Primeiro as normas ISO certificam a normatização de processos e não a sua origem, um exemplo grosseiro seria a

[5] ISO 14000 é o programa de certifcação da gestão ambiental. Equivale a ISO 9000, só que muda o enfoque de gestão da qualidade de produto para a qualidade ambiental.

certificação de uma indústria química que despeja parte de seus efluentes em um rio. A norma ISO definiria: "a empresa despeja entre 325,34 a 322,87 litros/dia de produtos tóxicos no rio", ou seja a empresa não despeja nem mais nem menos, esta normatizado, não está questionando se joga ou não, mas se ela pode controlar o processo. Este é um exemplo bastante grosseiro, mas a realidade é que a normas ISO parecem caminhar para a normatização de processos ambientais e não a discussão de suas consequências sociais e ambientais. Ainda neste ponto vale salientar que a questão social vem tendo um peso muito pequeno nesta norma, ao contrário do proposto pelo FSC.

A segunda questão é o público alvo da certificação. As normas ISO têm sido de extremo valor para as relações comerciais entre empresas. Quando uma empresa produtora de papel exige a certificação ISO9000 na compra de celulose, ela está preocupada em garantir um certo padrão de qualidade que transferirá para seus produtos. Por outro lado alguém já viu um consumidor na papelaria observando rótulo do papel para ver se existe o selo ISO9000? Provavelmente não, porque a relação do consumidor com a qualidade do produto se dá na utilização do produto. Porém pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Europa (Wintherhalter and Cassens, 1993, Knight 1992) mostram que o consumidor quer um selo que lhe garanta a origem sustentada - aqui se referindo ao componente social e ambiental juntos - dos produtos que consome porque esta não é uma característica que possa ser identificada apenas com o produto. Para o consumidor este selo tem de ter a aprovação das organizações ambientalistas e sociais de renome, e esta lacuna é preenchida pelo FSC.

Assim, tanto o ISO14000 como a FSC têm um espaço muito importante a ocupar e certamente muitas empresas procurarão obter os dois certificados indistintamente, pois o primeiro lhe garantirá uma relação comercial com fornecedores e consumidores industrias e o outro lhe garantirá a relação com o consumidor.

Acervo ISA

8. INDICAÇÕES DE BIBLIOGRAFIA

Baharuddin H. G. & Simula M., 1994 - *Certification schemes for all timber and timber products*, report to ITTO.

Bass, S. 1995 - *Forest Certification: a briefing documento to the European Union*, International Institute for environmental and Development (IIED).

CERFLOR, 1993 - *Brazilian System for Certification of Origin of Forest Raw Material*, Sociedade Brasileira de Silvicultur, São Paulo.

Greenpeace, 1994 - *Principles and Guidelines for Ecologically Responsible Forest Use*, Greenpeace International.

IMAFLORA, 1995 - *Padrões para certificação de caixetais na Mata Atlântica*, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, Piracicaba.

Journal of Forestry - Society of American Foresters, Vol 93, Num 4, April 1995

Knight, A. 1992. *B&Q's Timber Policy Towards* 1995, United Kingdon, B&Q.

London Environmental Economic Center, IEED, 1993 - *The economic linkages between the international trade in tropical timber sustainable management of tropical forests*, ITTO Activty PCM, London: IIED

Sizer, N. 1994 - *Oportunities to save and sustanably use the world's forests throught international cooperation* - WRI Issues and Ideas, World Resourses Institute, Washington, DC.

Upton C & Bass S, 1995 - *The forest certification handbook*, IIED, London.

Viana, V.M. 1994 - *Certification: a southern perspective* - Understory, Vol 4, Num.3, Woodworkers Alliance for Rainforest Protection.

Viana, M. V. *Certificationof Forest Products as a Catalyst of Change in Tropical Forest Management* - Conference on "Timber Certification: Implications to Tropical Forest Management", by the International Society of Tropical Foresters at Yale University, on Febuary 5-6th, 1994

Winterhalter, D & D.L. Cassens, 1993. United States Hardwood Forests: Consumer Perceptions and Willingness to Pay. Department of Forestry and Natural Resources, Purdue University.

WWF, 1993 - *The Greening Concept, What does it really mean?*, WWF International Position Paper.

WWF - World Wide Fund, 1994. *Truth or thickery: Timber labeling past and future*. World Wide Fund for Nature, London.